



A geopolítica do clima

O Mundo às Avessas



Nuno Severiano Teixeira

Os cientistas já explicaram tudo, preto no branco. Desde a era pré-industrial aos nossos dias, a acção humana, isto é, o nosso modelo de desenvolvimento provocou um aquecimento global no planeta que está a causar uma mudança climática acelerada. E que está origem dos fenómenos extremos a que estamos a assistir: secas, inundações, fogos descontrolados, acidificação e subida do nível dos oceanos, perda da biodiversidade. Um processo que se não for travado porá em causa a segurança alimentar, a saúde humana e levará à extinção de várias espécies. O impacto sobre o funcionamento do ecossistema pode pôr em risco a própria sustentabilidade da vida humana.

Travar o processo é, por isso, crucial e urgente. Porque agora, ainda que custosa, a transição energética ainda é possível. Se até 2030 se reduzirem as emissões globais em 45%, atingir-se-á a neutralidade carbónica em 2050, o que permitirá chegar ao fim do século com um aquecimento global de 1,5º, que os

cientistas dizem garantir a sustentabilidade da vida humana. Na década seguinte, será tarde e a transição, se ainda for possível, será demasiado violenta e disruptiva para economias e sociedades.

E, no entanto, apesar do aviso dos cientistas e do apelo de activistas e políticos, os Estados não estão a cumprir a meta de 1,5º que acordaram em Paris. E com essa tendência o aquecimento global subirá muito acima dos 2º, o que será uma catástrofe. “Estamos a cavar a nossa própria sepultura”, disse o secretário-geral da ONU. Mas se as evidências são tantas, os avisos tão sérios e os apelos tão lancinantes e se está em risco a própria espécie humana, porquê tanta hesitação, tanto recuo e tanto fracasso no regime do clima? Porque se mete no meio a geopolítica e a geopolítica complica tudo.

O regime do clima, como todos os regimes internacionais, compõe-se de um conjunto de regras, normas e práticas, formais e informais, que os Estados aceitam, cumprem e têm a expectativa de que outros também cumpram. Mas a vinculação ao regime é *soft* e os Estados mantêm inteira a soberania. E é por isso que o regime é, simultaneamente, um espaço de consensos e disputas, de sucesso e fracassos. E é a isso, uma vez mais, que se assiste na COP26. E é por isso que as expectativas são tão baixas.

O regime do clima das Nações Unidas definiu um objectivo geral: manter o aquecimento global abaixo de um determinado nível, o que implica um custo

económico para os Estados. Mas definiu, também, um conjunto de princípios sobre quem paga esse custo e quanto paga. E isso nunca foi consensual. O protocolo de Kyoto, em 1997, estabeleceu um princípio de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, de acordo com o que, historicamente, os diferentes Estados tinham contribuído para a deterioração do clima. Isto é, os países desenvolvidos pagavam mais do que os países em desenvolvimento. Com obrigações mais pesadas em termos de emissão de gases e financiamento dos países ricos aos países pobres.

Ora, duas décadas depois, em Paris, muitos dos países em desenvolvimento em Kyoto eram já desenvolvidos e estavam entre os ricos e os maiores emissores. O princípio de Kyoto estava obsoleto e o acordo de Paris, em 2015, acabou com a distinção entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e todos deverão contribuir para o esforço



Perante a iminência da catástrofe, está na hora de deixar de instrumentalizar politicamente o clima

global.

Mas o que acontece é que o *blame game* sobre as responsabilidades históricas não acabou e ameaça, agora, o objectivo de 1,5º e de neutralidade carbónica em 2050. A Europa que lidera a descarbonização e cumpre todas as metas representa apenas 10%. Os EUA, que carregam a maior responsabilidade histórica, declaram agora que darão o exemplo e cumprirão as metas. A China, que é hoje o maior emissor, já disse que só atingirá a neutralidade carbónica em 2060. A Índia, que é o terceiro maior emissor, só em 2070. A Rússia e o Irão afirmam que só cumprirão quando lhes forem levantadas as sanções económicas.

Perante a iminência da catástrofe, está na hora de deixar de instrumentalizar politicamente o clima. Os mais ricos, que têm responsabilidade histórica e cumprem as metas, que não hesitem em financiar e ajudar a transição energética dos mais pobres. E os que não têm responsabilidade histórica, mas são hoje os maiores poluidores, que deixem de invocar a história e cumpram as metas.

Porque o que está em causa não é uma questão de riqueza ou pobreza, desenvolvimento ou subdesenvolvimento, democracia ou autoritarismo. O que está em causa não é a geopolítica. É a sobrevivência da humanidade.

Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa e director do IPRI. Escreve quinzenalmente à quarta-feira